

O debate preparatório para a Rio+20 pode ser um tanto desapontador, na medida em que pouco trata desse tema e, quando trata, geralmente o faz sob a forma de referências genéricas ou menções esparsas. No capítulo II Renovação do compromisso políticos, do Rascunho Zero é citada alguma coisa sobre a questão cultura, transcrita abaixo:

“Reconhecemos a diversidade do mundo e que todas as culturas e civilizações contribuem para o enriquecimento da humanidade e à proteção do sistema de suporte de vida da Terra. Ressaltamos a importância da cultura para o desenvolvimento sustentável. Fazemos um chamado por uma abordagem holística para o desenvolvimento sustentável, que guiará a humanidade para viver em harmonia com a natureza”.

E também sobre a participação das organizações sociais: “Ressaltamos que um pré-requisito fundamental para a concretização do desenvolvimento sustentável é uma ampla participação pública na tomada de decisões. O desenvolvimento sustentável requer major groups em todos os níveis para desempenhar um papel significativo. É importante permitir que todos os membros da sociedade civil sejam ativamente engajados no desenvolvimento sustentável, incorporando os seus conhecimentos específicos e conhecimentos práticos para a formulação de políticas nacionais e locais. Nesse sentido, também reconhecemos o papel dos parlamentos nacionais na promoção do desenvolvimento sustentável”.

A afirmação de direitos certamente não é a tônica dos debates na Rio+20, cuja pauta explícita se foca em três temas centrais: a “economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza” e o “quadro institucional para o desenvolvimento sustentável” ou, simplesmente, “governança global”.

Para a maioria desses temas são apresentadas propostas ou caminhos de ação, porém de maneira pouco equilibrada (em alguns temas há grande detalhamento, em outros quase nada). Há temas importantes – como gênero, discriminação étnico-racial e xenofobia/migrações – que são apenas mencionados, sem aprofundamento nem apresentação de propostas. É

preciso mais equilíbrio e efetividade, além do aprofundamento em vários temas-chave

Há risco de que a Rio+20 se desvirtue, convertendo-se num evento de consolidação da agenda para predomínio da economia sobre a política e a ética. Mas ela é também uma oportunidade para que essa tendência seja revertida, e em que sejam acordados os fundamentos de uma economia para o desenvolvimento sustentável, ou seja, um arranjo institucional e político que coloque as forças econômicas a serviço da sociedade, e não o contrário. A atual crise no sistema financeiro e na Europa, as movimentações por cidadania em todo o mundo e a eloquência dos problemas socioambientais demonstram que não se trata de uma questão de preferências ideológicas ou de teorias idealistas: a Humanidade enfrenta o desafio concreto de viabilizar-se, e a Rio+20 apresenta-se como momento oportuno para isso. É preciso aproveitá-lo, de todas as formas.

Acredito que o FIB (Felicidade Interna Bruta), indicador utilizado no país Butão, Himalaia é um dos exemplos de que ha outra direção a ser tomada por nossa sociedade rumo à sustentabilidade ambiental. Diante do exposto acredito que a Cúpula dos Povos está sendo e será o espaço em que as melhores oportunidades de questionar esse modelo atual de sociedade, além de apresentar coisas novas. A oportunidade está colocada cabe a todos nós de todas as partes desse planeta, participar e colocar suas idéias.